



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ACTA N.º 9 – 2016

No dia 22 de setembro de 2016, pelas 9 horas, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, estando presentes os seguintes membros do Conselho Académico:

Membros docentes:

Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho;

Prof.^a Doutora Paula Vaz Freire;

Prof. Doutor David Duarte;

Dr. João Serras de Sousa (em substituição do Prof. Rui Ataíde);

Membros não docentes:

Senhora Conceição Feiteiro;

Senhora Manuela Mouta;

Membros discentes:

Graça Silveira;

Mariana Borges.

Esteve também presente a Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno (na qualidade de Diretora Executiva).

O Diretor da Faculdade confiou ao Dr. João Serras de Sousa a incumbência de assegurar o secretariado desta reunião.

O Diretor começou por cumprimentar os presentes, dando início à reunião que obedeceu à seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da ata da reunião anterior;
- 2) Questões relacionadas com o início do ano letivo;
- 3) Obras em curso na Faculdade;
- 4) Relatório da auditoria;

- 5) Centro de Arbitragem;
- 6) Outros assuntos.

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos que motivou a convocatória da reunião, o Diretor propôs a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da Professora Doutora Isabel Banond e também pelo falecimento do Professor Doutor Alberto Xavier. O Professor Doutor Pedro Romano Martinez elogiou o inestimável contributo prestado pelos dois Professores à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Os votos de pesar foram aprovados por unanimidade.

1) Aprovação da ata da reunião anterior;

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos presentes.

2) Questões relacionadas com o início do ano letivo;

O Diretor informou estar em curso uma política de uniformização dos sistemas administrativos e de gestão académica das Faculdades pertencentes à Universidade de Lisboa e ainda a implementação do SAP, dando nota ao Órgão da vontade do Reitor em ter um sistema uniforme em todas as faculdades.

Assim, a implementação da plataforma Fénix tem conduzido a dificuldades com a inscrição dos alunos. O Diretor solicitou, pois, a compreensão dos docentes e alunos, manifestando um profundo reconhecimento pelo trabalho dos funcionários.

A discente Graça Silveira questionou em que consiste o SAP. O Diretor explicou ser uma plataforma de gestão de recursos humanos e financeiros. O Professor Doutor Pedro Romano Martinez agradeceu ainda a postura dos alunos em todos estes processos de alteração de plataformas e pediu apenas mais alguma compreensão dos alunos, que já se têm revelado bastante cooperantes.

O Diretor da Faculdade propôs ainda a aprovação de um voto de louvor aos funcionários que têm prestado um contributo essencial à Faculdade: o voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

A Senhora Conceição Feiteiro agradeceu o reconhecimento em nome de todos os





funcionários, que em função do trabalho que têm para assegurar, não têm tempo para assistir a formações para trabalhar com as novas plataformas.

A Professora Doutora Paula Vaz Freire associou-se a esta demonstração de apreço pelo trabalho dos funcionários no arranque deste ano letivo, acrescentando ainda um profundo reconhecimento pelo trabalho da Senhora Diretora Executiva, a Professora Doutora Cláudia Madaleno.

3) Obras em curso na Faculdade;

O Diretor informou o Órgão acerca das obras em curso na Faculdade, tendo dado nota do esforço feito no verão para todas as obras ficarem concluídas. Todavia, ainda se encontram por resolver algumas questões com infiltrações, as obras na tesouraria e a sala de refeições dos estudantes.

A Senhora Conceição Feiteiro louvou este esforço levado a cabo pela Direção, lamentando não ter sido feito em anos anteriores. Sugeriu ainda que as janelas da parte antiga da Faculdade fossem substituídas, de modo a que fosse proporcionado um melhor isolamento térmico e sonoro da Faculdade.

O Professor Doutor David Duarte levantou algumas dúvidas quanto à intervenção feita no soalho na zona da Direção, ficando com dois tipos de soalho diferente, o que sucede com um prejuízo estético. O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho explicou que a opção se prendeu com o facto de parte do soalho se encontrar ainda em excelentes condições, não se justificando a intervenção em certas zonas.

O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho aproveitou a oportunidade para trazer à discussão relativa à ampliação da biblioteca. Assim, e numa visão que fez questão de vincar que não partilha, questionou se esta não poderá trazer mais complicações de organização e de funcionamento.

A Senhora Manuela Mouta disse ser esta ampliação essencial, especialmente no que tange à arrumação de livros, que disse ser um problema de resolução urgente.

O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho voltou a vincar ser esta uma opinião de que não partilha. O problema que tem ouvido e que — esse sim — é real, é o da utilização indevida da biblioteca como espaço de estudo pelos alunos (que lá se instalam levando os seus próprios materiais de consulta), em prejuízo daqueles que lá pretendem dirigir-se para fazer investigação.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Professora Doutora Paula Vaz Freire fez questão de notar o generalizado consenso existente em torno do alargamento da biblioteca, afirmando deverem ser empenhados todos os esforços no sentido de o conseguirmos.

A discente Graça Silveira concordou com a questão da má utilização da biblioteca, num problema que prejudica, necessariamente, a investigação. A aluna alertou, contudo, ser esta uma consequência natural do ruído e permanente barafunda existente na sala de estudo. O Dr. João Serras de Sousa respondeu ser o problema da sala de estudo dos próprios alunos, que só poderão resolver em debate entre si.

4) Relatório da auditoria;

O Diretor começou por explicar ter remetido o relatório apenas com a finalidade de se refletir sobre os seus resultados, podendo haver aspetos a debater e a corrigir com estes resultados. A submissão do documento ao Órgão teve, portanto, a finalidade de refletir sobre alguns aspetos em que se pode, efetivamente, melhorar.

A Senhora Conceição Feiteiro questionou o Diretor no sentido de saber se a Faculdade iria reagir de alguma forma no caso de não se ter procedido de acordo com as exigências legais no passado, ou se a auditoria visava apenas fazer uma reflexão sobre os respetivos resultados.

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez explicou, nesse sentido, que a auditoria teria sido pedida para ter conhecimento de determinadas realidades e adequar comportamentos em função delas.

A Senhora Conceição Feiteiro expressou ainda a sua posição no sentido de dizer que estaríamos perante um relatório «fraco», na medida em que foi elaborado por uma entidade desconhecedora das regras da função pública. E isto com consequências no resultado final: o ponto do pessoal estaria, na sua perspetiva, completamente desfasado da realidade.

O Professor Doutor David Duarte afirmou ser o tema das auditorias a anos anteriores sempre complicada, mas considerou ser uma excelente medida. Considerou, todavia, não ser a auditoria a mais adequada, na medida em que não se encontra qualificada para fazer auditorias a entidades públicas.

Em resposta o Professor Pedro Romano Martinez fez referência ao facto de a BDO ter sido durante muitos anos o fiscal único da Universidade de Lisboa, pelo que é



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

perfeitamente conhecedora do funcionamento das entidades públicas.

5) Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios;

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez deu nota de uma carta endereçada pelo Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Justiça, questionando se a Faculdade mantém interesse na existência de um Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios (CARL).

O Professor questionou, nestes termos, se se justifica reiterar o pedido de institucionalização do CARL.

A discente Graça Silveira deu a sua opinião, no sentido de entender que a Faculdade deveria demonstrar o seu interesse em avançar com a instalação do CARL, o que fez com dois fundamentos: (i) possibilidade de envolvimento dos alunos; e (ii) possibilidade de arrecadação de receita.

O Professor Doutor David Duarte fez questão de alertar o Órgão para o facto de se estar a desvalorizar o potencial que as unidades administrativas têm do ponto de vista da arrecadação da receita. O GCJ, por exemplo, conseguiu 75.000 € de rentabilidade no seu primeiro ano de funcionamento. O CARL, na sua perspetiva, tem possibilidades muito mais vantajosas. Referiu, por fim, dever a questão ser discutida sem recurso a quaisquer manobras dilatórias.

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez manifestou a sua intenção de levar o assunto a debate no Conselho de Escolha e no Conselho Científico. Só assim será possível alcançar um consenso generalizado em qualquer dos sentidos.

O Conselho Académico aprovou esta intenção por unanimidade, não se manifestando qualquer oposição à continuidade do processo.

6) Outros assuntos;

O Professor Doutor David Duarte alertou para problemas existentes com as inscrições nos mestrados. Estão em causa problemas informáticos que têm levado a que os alunos que pretendem inscrever-se em determinadas disciplinas estão, agora, a ser obrigados a fazer um requerimento de mudança de turma. Consequentemente, muitos alunos têm



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

sido forçados a ir para cadeiras com docentes que não pretendem. O Professor alertou para o facto de ser essencial garantir a liberdade de escolha dos alunos.

O mesmo Docente falou, também, do protocolo existente com a CNE. Disse, assim, que o GCJ tem atribuições na prestação de serviços da Faculdade, tendo competência para a prestação de serviços (de natureza jurídica) para o exterior. Não percebe, porém, o envolvimento do Gabinete de Saldas Profissionais desta matéria.

O Professor abordou ainda a *Lisbon Law Review*, falando de uma mudança de paradigma que se pode ter como indesejada, em especial no que tange à recomposição da imagem da Revista. Disse, assim, ser essencial não se perder a marca internacional da revista. O Professor Doutor Pedro Romano Martinez informou, portanto, que a referência *Lisbon Law Review* tem o apoio da Direção, pelo que se manterá, desde que se dê o devido destaque ao nome tradicional da Revista da Faculdade de Universidade de Lisboa.

Por fim, a Senhora Manuela Mouta questionou qual o resultado do processo disciplinar movido apo Dr. Miguel Martins. O Diretor informou ser essa informação pública, mas que tinha havido recurso especial do arguido.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Diretor da Faculdade agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

O Presidente do Conselho Académico

(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

O secretário

(Dr. João Serras de Sousa)